

PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES NA NOVA REPÚBLICA

PARTIDOS POLÍTICOS Y ELECCIONES EN LA NUEVA REPÚBLICA

POLITICAL PARTIES AND ELECTIONS IN THE NEW REPUBLIC

*Ueber José Oliveira**

Resumo: Analisa os elementos próprios da institucionalidade democrática brasileira no contexto da Nova República, desde a sua instauração, ocorrida nos anos 1979-1985, como uma das causas da volatilidade dos partidos políticos brasileiros. Com base em pesquisa bibliográfica, aventa-se a hipótese de que tal arcabouço institucional é um dos elementos fundamentais para o processo de adequação dos partidos aos parâmetros democráticos vigentes, que os tornam extremamente voláteis, criando um vácuo, o qual tem sido preenchido pela figura individual do candidato em detrimento das agremiações partidárias o que leva, no limite, a eleições amplamente baseadas em recursos propagandísticos ou midiáticos, dentro daquilo que se convencionou chamar de Idade Mídia.

Palavras-chave: Partidos políticos; eleições; democracia.

Abstract: Analyses the particular elements of the Brazilian democratic institutions in the context of the New Republic, since its establishment, in the years 1979-1985, as one of the causes of the volatility of Brazilian political parties. Based on literature, we raise the hypothesis that such institutional framework is one of the key elements for the process of adjustment by the political parties to the democratic parameters in force, which makes them very volatile, thus creating a gap that has been occupied by the individual figure of the candidate instead of the party associations, which leads, in extreme cases, to elections largely based on media or propaganda resources in what has been called Media Age.

Keywords: Political parties; elections; democracy.

Introdução

Em uma democracia representativa, os partidos políticos podem ser entendidos, genericamente, como produto da ação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitorais. Devem ser, conforme salienta Maria Dalva Gil Kinzo (2007), avaliados tanto na sua eficácia em manter a governabilidade democrática quanto na capacidade de estruturar a competição eleitoral. Por isso, aliás, como sugere Leon Epstein (1982), partidos não são uma condição suficiente para a democracia, mas uma condição necessária.

A mesma professora Maria Dalva Kinzo complementa essas duas acepções argumentando que

O partido político é crucial não apenas por ser um canal de comunicação entre cidadãos, líderes organizacionais e detentores de posições no governo, mas também porque

proporciona a esses atores uma base para interação, bem como para a cooperação entre legislativo e executivo, e entre instituições e lideranças nacionais, estaduais e locais. Além disso, o partido político é um fórum no qual grupos podem apresentar suas posições e pressionar em favor de políticas específicas ou de candidaturas a cargos públicos. Neste sentido, o partido político se constitui também em uma arena para o desenvolvimento de negociações e compromissos políticos (KINZO, 1993, p. 3).

Entretanto, pode-se constatar que vários fatores impedem que as agremiações partidárias desenvolvam as funções supramencionadas. Diante dessas constatações e considerando a abrangência do tema, o presente artigo tem como propósito analisar os elementos próprios da institucionalidade democrática brasileira, no contexto da Nova República, como uma das causas da fragilidade dos seus partidos políticos.

Em outras palavras, parte-se da hipótese de que o arcabouço institucional brasileiro, a saber, as principais regras – tanto formais quanto informais, na perspectiva de Douglass North (1993)¹ –, que regem o funcionamento do seu processo político-eleitoral, contribui para a adequação dos partidos aos parâmetros democráticos vigentes, que os tornam extremamente parecidos, independentemente se alinhados à esquerda ou a direita do espectro político. Entre os principais aspectos deste arcabouço institucional, pode-se destacar, além dos elementos próprios da cultura política brasileira, tais como o oligarquismo, o patrimonialismo, o clientelismo; a questão da grande intervenção do Estado na conformação de quase todos os nossos sistemas partidários; e a própria natureza do sistema político-eleitoral brasileiro. Todos esses fatores induzem as atenções para a figura do personagem, do indivíduo político e não das agremiações e/ou instituições políticas, o que leva, por sua vez, a eleições amplamente baseadas em recursos propagandísticos ou midiáticos, dentro daquilo que se convencionou chamar de *Idade Mídia*².

Partindo dessas considerações, o presente artigo está dividido em três partes, além desta introdução. Em primeiro lugar, são feitas algumas considerações acerca do Institucionalismo tentando aplicá-lo à análise do atual sistema partidário brasileiro. No segundo item, procura-se considerar alguns aspectos relevantes acerca do voto no Brasil. E por fim, seguem algumas considerações finais, em que se aponta a confluência das duas dimensões analisadas, seguidas das referências bibliográficas.

A teoria institucionalista e as possíveis contribuições para o entendimento do sistema partidário brasileiro

Tal como já salientado, este trabalho se inclina a considerar os aspectos institucionais – pensados na perspectiva de Douglass North (1993),

enquanto regras formais e informais – como os principais fatores a tornar o sistema partidário brasileiro tal como é, ou seja, composto, em geral, por agremiações partidárias frágeis, bem como pela excessiva importância da personalidade política em detrimento das organizações ou grupos.

A hipótese de que as bases de poder podem ser transformadas pelas mudanças verificadas nas instituições encontra-se presente no arcabouço analítico institucionalista. Entretanto, sabemos que o institucionalismo não compreende um corpo de pensamento hermeticamente fechado. Sob este rótulo, encontram-se diversas formas de se conceber a origem, desenvolvimento e funcionamento das instituições econômicas, políticas e sociais.

Originalmente, tal escola surge no âmbito da economia, com a preocupação de explicar a dinâmica e a mudança do sistema econômico, depositando nas instituições importância fundamental. Os limites deste trabalho não permitem que cada vertente da escola institucionalista seja analisada com algum grau de profundidade. Para a presente análise, basta a argumentação mais geral de Putnan, o qual argumenta que

a política é estruturada pelas instituições [...]. As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade (PUTNAN, 2000, p. 33).

Na visão de Silva (2004), a análise institucional nos permite examinar as relações entre os atores políticos tanto como objetos quanto como sujeitos da história. As instituições que estão no centro das análises institucionais – desde os sistemas partidários aos interesses econômicos (estrutura) – podem configurar e restringir as estratégias políticas de modo importante. Mas elas próprias são também resultados – intencionais ou não – de cálculos deliberados, conflitos e escolhas políticas. Ao centrar-se nas características intermediárias da vida política, o institucionalismo vincula os homens – construtores da história – às circunstâncias sob as quais eles são capazes de agir.

Assim, o raciocínio acima nos ajuda a lançar luz sobre a nossa proposta de trabalho da seguinte forma: o conjunto de partidos políticos verificados no Brasil, na atualidade, embora composto por alguns exemplos paradoxais

no que tange ao modelo mais convencional no Brasil, tanto no aspecto ideológico, quanto no que diz respeito à sua composição social, não deixa de estar inserido, como apontou Kinzo (1993) dentro de estrutura institucional que interfere em seu formato. Certamente, os principais fenômenos característicos do sistema político-eleitoral brasileiro é a sobrevalorização do candidato, em detrimento do partido político, conforme salientado no início deste estudo.

O atual quadro de partidos estruturou-se no âmbito da reforma partidária de 1979. Ele se inseriu num contexto denominado por Samuel Huntington (1994)³ de Terceira Onda de Redemocratização, comumente apontado como exemplo de fragilidade e de baixa institucionalidade⁴. Por isso, possui um problema verificado nas democracias de Terceira Onda em geral: a questão da intervenção do Estado e das elites no processo de constituição dos sistemas partidários (SARTORI, 1992; MAINWARING, 2001). Cinco dos seis sistemas verificados no Brasil foram forjados pelo Estado, sendo a única exceção o atual sistema de partidos, que se deu a partir da mescla entre, por um lado, intervenção estatal e, por outro, participação da sociedade.

Por conta do papel do Estado em tais sistemas, eles acabaram reféns da ação modeladora das elites, uma vez que não possuem uma longa e contínua trajetória democrática, abrindo espaço, nos períodos autoritários, para que determinados líderes possam extinguir antigos sistemas de partidos e criar outros. Por isso são considerados menos institucionalizados, uma vez que são mais susceptíveis à ação dos líderes políticos. Deste modo, Mainwaring (2001, p. 70) salienta que “se um sistema de partidos está profundamente enraizado na sociedade, os líderes encontram mais dificuldades para modificá-lo substancialmente”. No caso das democracias de Terceira Onda, é comum terem passado por vários processos de rupturas democráticas que levam necessariamente a fases de transição, momentos especialmente favoráveis à transformação, pelo alto, dos sistemas partidários.

Neste ponto também encontramos um elemento de conexão entre o institucionalismo e a realidade político-partidária brasileira. Segundo sugere Mainwaring (2001, p. 36), “as instituições criam incentivos para o comportamento dos atores”. Ou seja, as instituições estruturam as regras do jogo e criam parâmetros dentro dos quais os atores fixam seus comportamentos.

Não é intenção deste estudo fazer uma análise detalhada do arcabouço institucional brasileiro nem tampouco das mudanças que sofreu ao longo do tempo. Deseja-se apenas chamar a atenção para certos mecanismos, características e vícios, que afetam diretamente a dinâmica político-partidária e eleitoral no Brasil. Isso porque o desempenho eleitoral dos partidos e a modalidade de sua atuação, bem como o seu perfil, dependem em grande medida das regulamentações atinentes ao processo eleitoral (KINZO, 1993).

O ponto central a ser abordado é a questão dos fatores que levam a ênfase dada à pessoa do candidato em detrimento das agremiações políticas.

Essa anomalia foi evidenciada em 1989, quando a crispação se dava em torno de dois nomes: Collor e Lula, respectivamente do PRN e do PT, ao passo que os dois grandes partidos eram PMDB e PFL. Aquela eleição explicitou, além de tudo, a importância do marketing político numa disputa eleitoral majoritária, algo que analisaremos mais adiante.

Vários elementos contribuem para a personalização do voto no Brasil. Um deles é o que o cientista político Sérgio Abranches (1988) cunhou de presidencialismo de coalizão, para se referir ao sistema republicano brasileiro recente. Nele, o presidente tem grande peso de decisão, porém não conta com um partido amplamente majoritário no Congresso e precisa de uma coalizão de forças partidárias para obter sustentação parlamentar. Isso acaba tornando o Parlamento muito ligado à figura do presidente.

Além disso, como se sabe, a eleição presidencial realiza-se atualmente pelo sistema de dois turnos, que tem como fundamento assegurar maioria absoluta ao vencedor. Esse mesmo sistema é aplicado aos Estados e nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Como em geral ocorre em eleições majoritárias, esse preceito leva a uma forte individualização e personalização da disputa política. A maioria do apoio dado a um dos candidatos, sobretudo no segundo turno, quando são somente dois os concorrentes, leva a um desequilíbrio de forças entre os poderes legislativo e executivo, contribuindo para que, mais uma vez, este acabe por prevalecer sobre aquele.

Por outro lado, a inexistência de legislação estável para a formação de alianças é outro aspecto que contribui sobremaneira para a fragilidade do sistema partidário brasileiro. É comum, no Brasil, duas agremiações partidárias, diametralmente opostas em nível nacional, se unirem no estado ou no município. Esse problema confunde o eleitor, que passa a perceber os partidos como idênticos, desprovidos de programas e ideologias, direcionando os olhares para a figura do candidato. Isso é reflexo da busca de votos para além do seu eleitorado base. Tal comportamento foi decodificado por Otto Kirscheimer, que lançou o conceito de partido *Catch-all*, para designar um partido que busca conquistar o maior número possível de votos, atraindo os eleitores situados nas mais diversas posições do espectro político, mediante um discurso genérico, que evita retórica de classe (DOMINGUES, 1998), tendência que se tornaria dominante, tanto nos EUA, quanto nos países europeus do pós-guerra.

Outro problema é o voto proporcional de lista aberta. Por um lado, esse modelo estimula, por excelência, as alianças, pois dificilmente um partido recebe a maioria das cadeiras (NICOLAU, 2004). Por outro, o sistema propicia uma disputa entre elementos do mesmo partido ou coligação, pois somente os primeiros da lista são eleitos, fato que leva os candidatos, nas campanhas, a darem destaque às suas realizações individuais, negligenciando o partido.

Pode-se apresentar ainda outro fator que contribui para a fragilidade do sistema brasileiro: a infidelidade partidária. O troca-troca de partidos demonstra um alto grau de pragmatismo da nossa classe política, que passa a ser vista sem identidade e/ou projeto. Além disso, é quase regra, no Brasil, os políticos se abrigarem no partido que está no poder, fortalecendo ainda mais a imagem dos chefes do Executivo. Esse problema tornou-se tão grave no Brasil, que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a aprovar, no dia 27 de março de 2007, por seis votos a um, a medida segundo a qual o mandato pertence ao partido ou à coligação e não ao candidato eleito⁵.

Esses aspectos próprios da institucionalidade democrática brasileira, bem como outros fatores em conjunto, contribuem para que o voto seja depositado na urna à luz da imagem do indivíduo político, e não guiados por uma identificação partidária ou por alguma tendência ideológica. Durante as décadas de 1980 e boa parte dos anos 1990, a única exceção à tendência geral observada foi o PT, que mantinha um nível médio de eleitores. Em 1989, ainda tinha uma expressão eleitoral relativamente pequena, muito inferior à proporção de votos obtida no primeiro turno das eleições presidenciais (17,1%). Contudo, as taxas de identificação partidária do PT, que, de modo geral, sempre se mostraram relativamente elevadas, chegaram a 15,6% em 1989 (SILVEIRA, 1998; KINZO, 2007).

O voto no Brasil: aspectos históricos, institucionais e as mudanças no comportamento eleitoral

Os objetivos propostos pelo presente artigo sugerem uma análise, mesmo que panorâmica, acerca da decisão do voto no Brasil. Porém, decifrar a decisão eleitoral ou mesmo dos atores que agem numa arena política, seja ela qual for, é uma tarefa muito difícil e complexa. Isso por que, no interior de uma mesma sociedade ou de um cenário político, é possível observar a existência de homens, de mulheres, de paulistas, de gaúchos, de cariocas, de pobres, de ricos, protestantes, católicos e ateus, cada grupo caracterizado por uma dada identidade, podendo esta ser alinhada ao pensamento conservador, ou liberal, ou democrático, ou autoritário, entre outras.

Entre os modelos explicativos, tanto do voto quanto da ação dos atores em geral, aquele que mais tem adquirido lugar comum nas ciências humanas em geral é a chamada teoria da Escolha Racional. Tal corpo teórico se fundamenta na teoria liberal clássica, a partir da idéia cartesiana de que a capacidade racional de julgar bem é comum a todos os homens, supondo cidadãos que possuem informação sobre os acontecimentos políticos, idéias sobre as melhores formas de administrar os negócios públicos e a capacidade de identificar os seus interesses e escolher lucidamente pessoas para representá-lo nas esferas de poder (SILVEIRA, 1998).

Apesar de reconhecer a importância trazida pelos postulados da escolha Racional para o entendimento do voto, firma-se a idéia de que para a análise o cenário político-eleitoral brasileiro, seus postulados são insuficientes. Assim, este trabalho coaduna com as proposições de Silveira, quando argumenta que

toda realidade empiricamente observável é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a existência da pluralidade de fatores orientadores do comportamento eleitoral. Assim como existem os comportamentos orientados por identificação partidária e por valores e critérios políticos, existem comportamentos mais autônomos, instáveis e volúveis, alguns orientados por cálculos racionais de interesses e outros por emoções e sentimentos (SILVEIRA, 1998, p. 104).

Tal complexidade é observável na trajetória político-eleitoral do Brasil, especialmente no que tange à questão do voto. Até a década de 1960, o principal elemento de explicação eleitoral no Brasil foi o clientelismo (SILVEIRA, 1998). A maior parte da literatura sobre o assunto associa o fenômeno clientelista à dependência pessoal e coerções políticas.

Esse modelo explicativo apontava que o eleitorado brasileiro, predominantemente rural, pouco escolarizado e desinformado, não era capaz de apreender de maneira plena as propostas políticas e de reconhecer seus próprios interesses, deixando-se manipular pelo líder local. Segundo essa interpretação, isso ocorria por conta do grau de dependência do cidadão em relação ao chefe local, em virtude dos favores como o atendimento de suas necessidades imediatas, tais como serviço médico, assessoria jurídica, assistência educacional, transporte, vestuário, dentre outros. Por outro lado, a submissão ao coronel⁶ também se baseava numa relação coercitiva demonstrada pela expressão voto de cabresto.

Essas práticas coronelistas e clientelistas perderiam fôlego com as profundas transformações estruturais verificadas na sociedade brasileira em decorrência da industrialização, da urbanização e do desenvolvimento econômico, verificados a partir da Era Vargas (1930/1945).

Com a democratização de 1945, constata-se uma profunda mudança na fisionomia do eleitorado. A interpretação que classificava o eleitor como ignorante e desinformado perde sentido com as elevações dos níveis de escolaridade da população. Também contribuiu para a diminuição do controle do chefe sobre o eleitor o fomento dos meios de comunicação, naquele momento o rádio, que proporcionaram uma maior circulação de informações acerca de política.

A sociedade brasileira tornara-se mais complexa e hierarquizada, havia deixado de ser explicada pelo binômio senhor de terras e seus dependentes.

Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais verificadas nos períodos anteriores: foi criado o voto secreto (criado na Constituição de 1934, mas só entrou em vigor depois de 1945); foi criada a justiça eleitoral, esfera independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e apurar votos, entre outras.

Embora tivesse sido mantida em algumas regiões a influência dos chefes políticos e dos clãs familiares locais e tivesse crescido a importância de lideranças personalistas, a política começava a girar mais em torno dos partidos, organizações que estavam começando a se firmar política e organizacionalmente. A partir desse momento, começaram a predominar as explicações baseadas na identificação partidária e nas diferenciações socioeconômicas (LIMA JR., 1983; LAMOUNIER, CARDOSO, 1975; 1980). Aumentava a competitividade eleitoral em pleitos mais lisos e democráticos e surgiam as condições de incertezas típicas de processos eleitorais⁷ (SILVEIRA, 1998).

No mesmo espaço desses modelos explicativos utilizados para o caso do período 1945-1964, podem se conjugar tipologias estruturadas a partir da distinção e oposição entre identificação partidária e identificação personalista (SILVEIRA, 1998). O grupo de eleitores que estabelecia relações duráveis de identificação partidária era apresentado nos estudos como o responsável pelo importante e saudável fortalecimento dos partidos e o refinamento do sistema democrático brasileiro. Por outro lado, a identificação com personalidades políticas era vista como algo retrógrado, como prática politicamente subdesenvolvida, que contribuía para o enfraquecimento dos partidos e da democracia.

Apesar desse relativo fortalecimento das instituições partidárias, neste contexto, o personalismo atingiu seu auge com a emergência de líderes que gozavam de grande carisma entre as massas populares, tais como: Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, dentre outros. Mas a relação estabelecida não se dava mais aos moldes tradicionais, ou seja, a partir de contatos e compromissos definidos caso a caso. A proteção do líder passava a ser implementada por intermédio de medidas governamentais que beneficiavam as grandes massas, via Estado.

A mudança do sistema partidário imposta pelo Regime Militar em 1964 veio para tentar barrar essa tendência crescente de identificação partidária. O Ato Institucional n. 2, dentre outras atribuições, tinha o objetivo de extinguir os partidos que compunham o sistema multipartidário e estabelecer o bipartidarismo, criando artificialmente duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que em tese funcionaria como aliada do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma espécie de oposição consentida, de fachada – essa era a esperança do regime. Mas a ação governista teve um efeito contrário. Isso porque, com a crescente repressão, originou-se, no seio da oposição, um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das

instituições legais (ALVES, 2005). Essa reflexão veio a estimular mais tarde o surgimento do sindicalismo autêntico e de uma identificação entre a sociedade e o partido de oposição – o MDB. Dessa forma, o artificialismo que marcou os partidos criados de forma coercitiva e arbitrária pelo poder central refletiu-se somente nos primeiros pleitos (1966 e 1970).

Deste modo, a partir do momento em que a sociedade brasileira, insatisfeita com a repressão e com os rumos do país, começa a identificar o MDB como uma forma de se colocar contra o regime empresarial-militar, o partido começou a ter vitórias significativas nas urnas. Junto com essas vitórias, veio o aumento de identificação partidária, que em 1974 atingiu os mais altos patamares (SCHMITT, 2000; SILVEIRA, 1998). Mesmo com todas as restrições das regras eleitorais e todos os cerceamentos e casuísmos impostos pelo regime, os eleitores passaram a acreditar minimamente no jogo político eleitoral, haja vista que outras formas de expressão haviam se esgotado.

No que diz respeito às clivagens socioeconômicas, o eleitorado estava dividido em dois grandes grupos. Estudos mostram (LAMOUNIER, 1975; LIMA Jr., 1978) que o MDB tinha mais força nos bairros pobres, enquanto a ARENA se destacava nas regiões mais nobres.

Essa capacidade de discernimento político do eleitorado, bem como a importância dos novos meios de comunicação para identificação foi reconhecida pelo regime militar, que buscou, em 1976, através do estabelecimento da chamada Lei Falcão⁸, restringir e tornar absolutamente enfadonha a propaganda eleitoral nas emissoras de televisão e rádio. A medida foi decorrente da verificação do Serviço Nacional de Informação (SNI), que constatou que o partido oposicionista vinha obtendo crescente simpatia e apoio do eleitorado, sobretudo nos centros urbanos e mais desenvolvidos, por meio de seu discurso aguerrido, contrário ao autoritarismo e favorável às reivindicações populares. A ideia, com esse casuísmo, era favorecer os candidatos da ARENA, cuja maior preferência estava no meio rural, nas pequenas cidades do interior, nas regiões menos desenvolvidas, locais onde ainda predominavam os apelos clientelistas (SILVEIRA, 1998; SCHMITT, 2000; MOTTA, 1999).

Nesse sentido, a medida se deu para barrar o crescimento alcançado pela oposição nas últimas eleições. O bipartidarismo deixara de ser uma alternativa de organização política e institucional atraente para os estrategistas do regime militar. A concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o já aludido caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas da ARENA. Dividir a oposição passara a ser cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo (SCHMITT, 2000).

Considerações finais: partidos e eleições na Idade Mídia

Com o processo de urbanização, iniciado na Era Vargas e acelerado no período do regime militar, mais as mudanças nas relações de trabalho

no campo – que passaram a ser mais assalariadas e profissionalizadas, enfraquecendo os laços de dependência – e, ainda, a grande ampliação dos meios de comunicação, sobretudo a mídia eletrônica, que intensificou a circulação de informações (SILVEIRA, 1998), passou a ser inevitável o incremento de relações políticas pautadas em outros parâmetros.

Com a hegemonização da ideologia neoliberal, verificada a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, que segundo Anderson (1995, p. 23) “alcançou êxitos num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a idéia de que não há alternativas para os seus princípios”, ocorreram mudanças institucionais profundas o que, associado ao novo quadro pluripartidário, marcado pela grande fragmentação prevalência do indivíduo (tal como se trabalhou no segundo tópico deste trabalho), possibilitou o retorno do personalismo.

Todavia, votar em função do candidato não significa, necessariamente, um retorno ao mesmo personalismo anteriormente existente. Nas palavras de Silveira (1998), não se trata mais de um personalismo na antiga acepção de uma identificação durável em função de fidelidade, paternalismo, tradição, veneração e devoção pessoal. Embora alguns desses aspectos possam até pontualmente existir, esse personalismo possui características efetivamente novas: grande parte do eleitorado que atualmente vota em função do candidato estabelece relações de identificação pontuais, efêmeras, voláteis, definidas eleição a eleição, tendo em vista atributos dos candidatos percebidos através de construção midiática.

As campanhas eleitorais modernizadas desenrolam-se tendo como pano de fundo sociedades espetacularizadas ou até mesmo estados espetacularizados (SCHWRTZENBERG, 1978 apud RIBEIRO, 2004, p. 27). Nesse universo, a imagem televisiva é o liame principal entre o indivíduo e o mundo real, constituindo-se, com sua linguagem artificial, fragmentada, em forma de espetáculo, em poderoso modelador de fenômenos sociais e políticos, que passam a ter a necessidade de se adequar à sua estrutura. Assim, segundo Sartori (2001), a televisão é não só um instrumento de comunicação, mas também um organismo antropogenético, pois molda os indivíduos, e, sendo instrumentalizada, acaba por impor aos dominados a visão de mundo dos dominantes.

Por outro lado, o século XX possibilitou a realização da socialização da política e a inauguração da democracia ampliada de massas. Apesar dessa ampliação dos direitos democráticos, há ainda muitas limitações no que tange à participação plena dos cidadãos na política por conta das desigualdades imanentes ao próprio sistema capitalista. A esse respeito, Joseph Schumpeter, um dos mais contundentes críticos deste modelo de democracia, no clássico “Capitalismo, socialismo e democracia” chega a salientar que a

democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos óbvios de “povo” e de

“governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo [...]. Assim um aspecto disto pode ser expresso dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos (SCHUMPETER, 1984, p. 338).

Endossando em parte a colocação de Schumpeter, não restam dúvidas de que a democracia brasileira necessita de ajustes para se aproximar daquilo que Robert Dahl chamou de Poliarquia, ou seja: “um sistema político que permite oposição, rivalidade ou competição entre um governo e seus oponentes” (DAHL, 2005, p. 25) e, principalmente, que tenha uma “contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 2005, p. 25-26).

Nesse caso, não restam dúvidas de que são necessárias algumas reformas no nosso sistema político, que poderiam ser eficazes para fortalecer a democracia brasileira. Porém, há muitas polêmicas acerca de quais seriam as melhores medidas. Nesse sentido, a respeito dessas polêmicas, Habermas, salienta que

interesses e orientações valorativas que entram em conflito sem perspectiva de consenso, necessitam de um equilíbrio ou de um compromisso que não é possível alcançar-se mediante discursos éticos, ainda que os resultados se sujeitassem à condição de não transgredir os valores básicos consensuais de uma cultura [...]. Esse equilíbrio de interesses se efetua em forma de compromisso entre partidos estribados em potenciais de sanção. As negociações desse tipo pressupõem, certamente, a disponibilidade para a cooperação; a saber, a disposição de, respeitando as regras do jogo, chegar a resultados que possam ser aceitos por todas as partes, ainda que por razões distintas (HABERMAS, 1995, p. 44).

Diante dessas considerações, e partindo do pressuposto de que organizações partidárias fortalecidas são fundamentais para qualificar o sistema democrático brasileiro, no sentido de torná-lo menos permeável a diversos expedientes da nossa política que induzem as atenções para os indivíduos em detrimento das organizações e ideologias, urge pensarmos em mudanças, tais como a implementação de cláusulas de barreira por desempenho, para diminuir a quantidade de partidos e, assim, tornar as casas legislativas menos fragmentadas; outros defendem a construção de regras mais claras quanto à formação de coligações; outros são favoráveis à criação de regras mais rígidas quanto à questão da fidelidade partidária; a questão do financiamento público de campanha. E há, também, alguns que advogam até a adoção de outro sistema de governo, a exemplo do parlamentarismo, como forma de melhorar a qualidade da democracia brasileira.

Assim, além de contribuir com debate que neste momento se encontra no centro das atenções da sociedade brasileira, o presente trabalho, ao direcionar o olhar para questões que consideramos centrais acerca da problemática, procurou chamar a atenção para aperfeiçoamento da democracia brasileira, algo que deve ocorrer permanentemente.

Notas

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ceunes/UFES). E-mail: ueberoliveira@yahoo.com.br

¹ Douglass North define instituições de forma bastante objetiva: elas são regras formais (tais como leis, regras, constituições etc.) e informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta etc.). Possuem uma importância fundamental porque, ao serem imposições criadas pelos seres humanos, acabam limitando e influenciando suas interações.

² Expressão cunhada por RUBIM, Antônio Canelas. *Eleições Presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004. Segundo o autor, na realidade contemporânea, há uma dependência recíproca entre mídia e política. Nesse sentido, a mídia passa a ocupar um espaço muito importante na sociedade, transferindo para a política as lógicas de funcionamento que incidem na produção midiática, levando ao processo de espetacularização da política.

³ O autor aponta que a primeira onda de democratização mundial ocorreu entre os anos de 1920-1926 e a segunda nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até o ano de 1974, momento da queda do regime de Salazar em Portugal com a Revolução dos Cravos. Em seguida, a democracia sofreu um retrocesso com o crescimento do comunismo e a queda das frágeis democracias na América Latina. Após 1974, por fim, surgiu a terceira onda: nas duas décadas finais do século XX, ocorreu simultaneamente o surgimento de dezenas de democracias, com a queda do bloco soviético e com o declínio dos regimes militares na América Latina.

⁴ Segundo Scott Mainwaring (2001), existem quatro dimensões de institucionalização dos sistemas partidários: a primeira consiste em que os sistemas mais institucionalizados são estáveis e seus padrões de competição interpartidária têm regularidade; em segundo lugar, nos sistemas mais institucionalizados, os partidos têm fortes raízes na sociedade. Os vínculos entre os partidos e os cidadãos são estáveis; a terceira dimensão de um sistema institucionalizado consiste em que os atores políticos conferem legitimidade aos partidos; por fim, em um sistema bem institucionalizado, as organizações partidárias fazem diferença. Os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos, adquirem independência e importância por virtude própria.

⁵ O entendimento do TSE foi em resposta à consulta feita pelo PFL em decorrência da grande migração de parlamentares para a base aliada do governo Lula. O questionamento dos peefelistas era o seguinte: “os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?”

⁶ Acerca do fenômeno do Coronelismo, ver: Leal (1978).

⁷ O estudo de Antonio Lavareda (1991) é exemplar nesse sentido. Em brilhante trabalho de pesquisa, o autor apontou que os partidos do período 1945/1964 estavam em fase de institucionalização, processo interrompido pelo golpe de 64. Ou seja, as agremiações partidárias do período – PSD, PTB e UDN, principalmente – não podiam mais ser taxadas de artificiais, como os partidos de períodos anteriores. A partir dos resultados de pesquisa do IBOPE, o autor mostrou que parte considerável do eleitorado reconhecia as diferenças políticas entre os partidos e estabelecia relações de identificação com indivíduos. O estudo aponta que a UDN dispunha de preferência relativamente maior entre as classes alta e média, o PTB tinha vantagem entre as classes pobres, e as preferências do PSD dividiam-se entre os diversos segmentos da sociedade, isso por conta do seu pragmatismo e fisiologismo.

⁸ A lei Falcão, subscrita em 1976 pelo então ministro da justiça Armando Falcão, impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, e vigorou até o pleito de 1982. Nas propagandas eleitorais na televisão e no rádio, só poderia aparecer a foto e alguns dados biográficos do candidato (SCHMITT, 2000).

Referências

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Edusc, 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995, p. 9-23.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DOMINGUES, Mauro Petersen. O declínio dos partidos políticos. Uma visão da literatura recente. **Mosaico Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 157-158, 1998.

EPSTEIN, Leon. **Political Parties in Western Democracies**. New Brunswick/London: Transaction Books, 2nd, 1982.

FELIPE, Ednilson Silva. **Instituições e mudanças institucionais numa ótica evolucionária: uma abordagem a partir dos conceitos e da metodologia neo-schumpeteriana**. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, p. 39-53, 1995.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

- HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização do final do século XX.** São Paulo: Ática, 1994.
- KINZO, Maria D'Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro.** São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- KINZO, Maria D'Alva; BRAGA, Maria do Socorro S. **Eleições e representação partidária no Brasil.** São Paulo: Humanitas/CNPQ, 2007.
- LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **O voto de desconfiança: eleições e mudança social no Brasil 1970-1979.** São Paulo: Vozes, 1980.
- LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. **Os Partidos e as Eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.
- LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas.** O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.
- LEVI, Margareth. Uma lógica da mudança institucional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 79-99. 1991.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de democracias: desempenho e padrões de governo em 36 países.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LIMA Jr., Olavo Brasil de. Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. In: REIS, F.W. (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.** São Paulo: Símbolo, 1978.
- _____. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945/1964.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIPSET, Seymour M. **O homem Político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967 (1960).
- MAINWERING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MAY, John D. Democracia, Organização, Michels. In: AMORIM, Maria Stella (Org.). **Sociologia Política II.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. Democracia, Organizações, Michels, p. 101-128.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- NORTH, Douglass. Institutional change: a framework of analysis. In: SJÖSTRAND, S.-E. (Ed.). **Institutional Change.** Armonk, New York: SSE – Studies in Socio-Economics, 1993, p. 35-46.
- OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990). In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições.** Vitória: Grafitusa, 2010, p. 367-393.
- OLSON, Marcur. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido:** organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia.** Rio de Janeiro. Editora. FGV, 2000.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 25-43, 2004.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns:** televisão e pós-pensamento. Bauru: USC, 2001.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000).** Rio Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Cleber de Deus Pereira. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

TSEBELLIS, Georges. **Jogos Ocultos:** escolha racional no campo da ciência política comparada. São Paulo: Edusp, 1998.

Recebido em: março de 2015.

Aprovado em: setembro de 2015.